

## Reconstruindo a cidadania activa: a contribuição do trabalho comunitário\*

Herman Baert

Cidadania activa:  
um ideal moderno, um desafio pós-moderno

Embora hoje em dia a cidadania activa esteja muito em moda, em muitas declarações políticas (*Making an European Area of Lifelong Learning a Reality*, European Commission, 2001), em muitas conferências internacionais (por exemplo, CONFINTEA, V Conferência da UNESCO sobre Educação de Adultos, Hamburgo, 1997) e em programas nacionais de aprendizagem ao longo da vida e de desenvolvimento social, o próprio conceito não é novo e nem sempre é definido explicita e claramente. Mesmo quando é apresentada uma definição, ela continua bastante abstracta e vaga. Por exemplo, na Comunicação da Comissão da União Europeia (21.11.2001), a cidadania activa refere-se à "participação cultural, económica, político-democrática e/ou social dos cidadãos na sociedade, como um todo e na sua própria comunidade". Esta definição sugere

---

\* Tradução de Lillian dos Santos Reis, do Instituto de Letras e Ciências Humanas da Universidade do Minho, e revisão de Ana Paula Barros, da Unidade de Educação de Adultos da mesma Universidade.

que a cidadania activa não é um fenómeno fixo e indiviso; uma ou mais esferas diferenciadas podem nela ser incluídas tanto à escala da sociedade como à da comunidade e o cerne dos conceitos é a participação. Mas o que engloba a “participação”? E a sociedade e a sua comunidade são as mesmas realidades e os mesmos factos para toda a gente?

Será demasiado ambicioso tentar definir com exactidão, neste artigo, a noção de cidadania activa, se acaso fosse possível e fizesse mesmo sentido. Mas, se quisermos identificar perspectivas para a educação de adultos e especialmente para as práticas de educação comunitária e desenvolvimento comunitário, seria importante realçar alguns aspectos importantes relacionados com esse conceito e as mudanças que têm ultimamente ocorrido.

Durante os últimos séculos, a cidadania activa esteve bastante ligada à noção política de “citoyen” – um ideal e um produto da Revolução Francesa – e aos direitos dos cidadãos, que foram criados e reconhecidos mais tarde nos estados democráticos ocidentais. Esta dimensão ou perspectiva dos direitos foi definida por Marshall (1950), o qual distinguia três dimensões: os direitos civis (um julgamento justo, o direito de propriedade), os direitos políticos (o voto, a participação num Estado-nação democrático) e os direitos sociais (os direitos de acesso à saúde, à educação, aos subsídios de desemprego).

Embora esta perspectiva moderna de direitos tivesse sido de grande utilidade como princípio básico para a criação de oportunidades de participação de todos na sociedade, não resolvia os importantes problemas de desigualdade e de exclusão social. Estimular a participação unicamente através de direitos, sem a aprendizagem do uso desses mesmos direitos, sem o desenvolvimento de competências para a participação e sem apoiar as organizações não governamentais (ONGs) e disponibilizar recursos para desenvolver a comunidade ou comunidades, nas quais as pessoas desenvolvem acções colectivas e vivem as suas vidas quotidianas, pareceu ser insuficiente. Portanto, é importante considerar que tem de ser feita uma distinção entre a cidadania activa, como um *status* político formalmente atribuído (na linha da tradição republicana liberal e conservadora), e como uma prática social colectivamente estabelecida (na tradição cívica, democrática e neo-republicana) (cf. Lister, 1997 *in* Shaw & Martin, 2001).

Contudo, alargando a abrangência de uma perspectiva de direitos e de um *status* político formalmente atribuído (comparando com "o sistema" de Habermas) a uma prática social e ao "mundo da vida" (Habermas), novos desafios terão de ser encarados. Primeiro, o enquadramento tradicional de referência, a fonte e a garantia formal de direitos cívicos, políticos e sociais – o Estado-nação – está a perder o seu impacto numa economia global e numa ordem (ou desordem) mundial dominada por essa mesma economia. Também a internacionalização das tomadas de decisão, a expansão da comunicação internacional e intercultural e os movimentos migratórios, por vezes turbulentos, estão a derrubar os muros de um Estado homogéneo. Estes processos mais estruturais, além dos processos sócio-culturais de individualização, fragmentação e pluralização, estão a afectar as comunidades onde vivem as pessoas e às quais elas se sentem ligadas. Isto provoca o desaparecimento de valores partilhados e de imagens de "vida boa" e do "bem comum". As grandes narrativas que ofereciam enquadramentos comuns, que davam sentido e identidade às coisas, foram perdendo significado. Num contexto pós-moderno, os "cidadãos" estão a ficar mais individualistas, "os responsáveis pelo percurso da sua própria vida e da sua história de vida", o que faz com que as ideias de solidariedade e de comunidade deixem de ser atractivas, e a participação apresente um significado diferente para pessoas diferentes, ao longo da vida de cada indivíduo (Baert & Jansen, 1997).

Porque os direitos, as responsabilidades, a participação e a identidade deixaram de se constituir como um modelo unitário de cidadania, Delanty (2000) conclui que, neste momento, nos vemos confrontados com a necessidade de um processo de reconfiguração do conceito e com a realidade de uma cidadania activa. No entanto, antes de discutir a contribuição do trabalho comunitário para este processo de reconfiguração, é indispensável tecer-se algumas considerações sobre o conceito de comunidade.

## Vida comunitária e responsabilidade social em risco

Num contexto pós-moderno, torna-se cada vez mais difícil identificar e estabelecer, de um modo estável e durável, aquilo que as pessoas entendem por “sua comunidade”. Hoje em dia, as mudanças constantes, as contingências e um estado provisional nas comunidades são óbvios: uma comunidade já não é um determinado lugar e uma realidade homogénea, mas sim o resultado de uma multiplicidade de campos de forças e interacções distintas (Melucci, 1996). Participar já não é “tomar parte num contexto prefixado de ligações e situações sociais” e – de acordo com isso – um processo de socialização. Participar na sociedade torna-se um processo ou projecto exigente para o indivíduo, pois exige dele a criação do seu próprio espaço, um espaço significativo, e requer uma co-responsabilidade por uma vida comunitária que ofereça oportunidades a todos (Delanty, 2000; Baert, 1994; Usher, Bryant & Johnston, 2001). A participação torna-se, neste caso, uma missão e um processo de “empreendedorismo social”, baseando-se nas competências auto-reflexivas ou biográficas, na compreensão, na negociação e na partilha de responsabilidades pelo colectivo ou pela inclusão social dos outros.

Este desafio e dilema não só é um assunto difícil – político e ético – de equilíbrio entre a liberdade individual e os interesses colectivos, como também exige dos indivíduos processos de desenvolvimento de competências participativas e de aprendizagem social ao nível das comunidades e das ONGs. O trabalho comunitário pode desempenhar um papel neste contexto, mas é sempre um papel limitado, porque a responsabilidade social ou colectiva na vida comunitária não pode ser única e exclusivamente delegada a actividades e projectos de desenvolvimento comunitário.

O nível político ainda deve desempenhar o seu papel, embora isto não seja evidente hoje em dia (Duyvendak, 1997). Por um lado, as instituições e o Estado(-nação) já não reconhecem as suas obrigações e perdem o apoio dos cidadãos (Delanty, 2000) e, por outro, os cidadãos ainda têm grandes expectativas que o Estado e, por exemplo, a União Europeia, resolvam os problemas, com o argumento de que pagam impostos e merecem serviços adequados e

segurança, numa contrapartida justa pela sua contribuição (Baert & Jansen, 1997). Mas, perante estas grandes expectativas, está a crescer um cepticismo neoliberal, e até uma atitude anti-Estado da Nova Direita. Começa a exigir-se uma reestruturação institucional e ideológica do Estado. O *slogan* é: menos Estado (e menos serviços de apoio estatal) e mais responsabilidade individual, com mais mercado. Um grande desafio neste contexto é o de redefinir e defender a cidadania democrática ou uma parceria real, em vez de transformar os cidadãos em consumidores e clientes (Beck, Giddens & Lash, 1994; Shaw & Martin, 2001).

Outro *slogan* é o de que o mercado de trabalho e as estratégias de emprego são os instrumentos por excelência para a integração e a participação de homens e mulheres, porque o trabalho oferece às pessoas não só um salário mas também uma identidade, uma estrutura de tempo nas suas vidas e nas redes sociais, um novo conhecimento e mais formação e desenvolvimento (Baert & Jansen, 1997). Isto não pode ser negado, mas, ao mesmo tempo, tem de reconhecer-se que o mercado de trabalho também (re)produz novas formas de desigualdade e exclusão (como no caso dos trabalhadores com baixa qualificação, os trabalhadores mais velhos, as pessoas incapacitadas, as pessoas que desempenham tarefas que apresentam baixo potencial para a aprendizagem e para a educação contínua, os migrantes...) e que uma ruptura no mercado de trabalho é um problema que cresce drasticamente (Usher, Bryant & Johnston, 2001). Isto não está só a criar novas formas de pobreza; temos também de estar conscientes de que a exclusão social, numa sociedade pós-moderna, tem a sua origem nas dificuldades em enfrentar as complexas exigências de comunicação pós-moderna e na própria complexidade da sociedade do conhecimento (Baert & Jansen, 1997). Esta exclusão social, e também cultural, exige uma abordagem, onde a cidadania activa encontra o seu espaço, no contexto de políticas inclusivas radicais, expondo e dando visibilidade a problemas politicamente incómodos (Shaw & Martin, 2001). A democracia social e o Estado-providência devem evitar definir o problema das pessoas excluídas como um problema do cidadão inactivo e deficiente, e esperar que possa ser resolvido por trabalho comunitário dirigido a indivíduos e grupos desfavorecidos ou que os serviços especializados possam responder eficazmente às necessidades dessas pessoas (Baert, 1994). É necessário haver um debate político constante

para se compreender que a desigualdade é um problema político de distribuição desigual do poder e para enfatizar os mecanismos contraditórios inerentes ao Estado-providência, especialmente em períodos de declínio económico e de mudança social rápida (Shaw & Martin, 2001).

## Trabalho comunitário: criando e aprendendo a cidadania activa

Resumindo o que foi dito anteriormente, relevou-se que, na condição pós-moderna e numa área na qual a cidadania, como um *status* político formalmente estabelecido, perde o seu impacto no enquadramento do Estado-nação, acresce a necessidade da reconfiguração do conceito e da realidade de uma cidadania activa. Seria um erro desligar este conceito e esta realidade do reconhecimento de direitos (políticos, sociais e culturais). Mas seria ingénuo promover uma cidadania activa sem desenvolver competências para a participação, sem estimular a aprendizagem social ao nível das comunidades e das ONGs, sem apoiar as ONGs e sem oferecer recursos para desenvolver as comunidades onde as pessoas desenvolvem uma acção colectiva e vivem as suas vidas quotidianas. A reconfiguração de uma cidadania activa implica reconhecer e envolver as pessoas como parceiros verdadeiros, dar-lhes voz nos debates públicos e criar condições que promovam o "empreendedorismo social". Tenho de confiar nas competências auto-reflexivas ou biográficas e participativas, e na compreensão, na negociação e na partilha de responsabilidades pela inclusão colectiva e social dos outros.

Baseados nas metodologias e práticas da tradição comunitária da educação de adultos, nos campos da organização comunitária, nos projectos de desenvolvimento comunitários e na acção social inerente aos movimentos sociais, partilhamos as preocupações daqueles que estão convencidos de que o trabalho comunitário<sup>1</sup> pode desempenhar um papel relevante no cenário da reconfiguração da cidadania activa (ver, por exemplo, Baert, De Bie, Desmet, Hellinckx & Verbeke, 1999; Baert, 1994; Baert & Jansen, 1997; Campfens, 1997; Compton & McCulsky, 1980; Shaw & Martin, 2001; Usher & Edwards, 1994;

Van Rees *et al.*, 1991). Para clarificar este papel, pode-se reler a história dos trabalhos comunitários (ver, por exemplo, Shaw & Martin, 2001) ou apresentar casos correntes que ilustrem e provam os resultados e as contribuições deste tipo de intervenções sociais (ver, por exemplo, Campfens, 1997). O que nos propomos fazer é conceptualizar a abordagem metodológica que é típica das intervenções de trabalho comunitário. Uma importante tentativa deste tipo de conceptualizações foi efectuada por J. Rothman (1970), que distinguiu três modelos da prática de organização comunitária: o desenvolvimento da localidade, o planeamento social e a acção social. Embora o seu artigo possa ser visto como um clássico, nas décadas seguintes, as práticas heterogéneas e ambíguas foram descritas e analisadas principalmente em termos de algumas características comuns, como sejam os conceitos dominantes nas abordagens assumidas ou nos temas comuns<sup>2</sup>. Estando bem conscientes de que a diversidade e a complexidade das práticas assim descritas ficam reduzidas, mas, em contrapartida, de que um panorama coerente e abrangente ocorre como uma primeira introdução às bases do trabalho comunitário, apresentaremos um conceito metodológico básico genérico ou comum e dividi-lo-emos em três tipos específicos de trabalho comunitário. Esta conceptualização é baseada numa revisão da literatura considerada relevante e na nossa própria investigação e experiência no campo do trabalho comunitário e toma em consideração as mudanças sociais e culturais ocorridas a partir do artigo inspirador de J. Rothman.

## Trabalho comunitário: uma circunscrição geral

Para definir as características básicas do trabalho comunitário, sugerimos um conjunto de aspectos-chave (ver a coluna esquerda do quadro 1) – aspectos estes que serão usados mais tarde, quando procedermos à diferenciação dos três modelos.

## QUADRO 1

Os aspectos e as características genéricas do conceito  
“desenvolvimento comunitário”

Conceito	Características genéricas
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Assumpções relacionadas com a sociedade e com os problemas sociais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Problemas sociais, gerados por mecanismos da sociedade, decorrentes de uma integração social e uma participação insatisfatórias ou problemáticas de determinados grupos de cidadãos</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Os papéis do cidadão</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Os cidadãos são eleitores, clientes e parceiros (Van Houten &amp; Von Meijjenfeldt, 1992) que (passiva ou activamente) assumem os direitos e os deveres na construção da vida comunitária</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• A orientação do objectivo</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Criar oportunidades estruturais que garantam a integração e participação social através de uma distribuição justa e o uso responsável de bens públicos/colectivos (conhecimento, respeito e <i>status</i>), o controlo do cidadão, rendimento, habitação, cuidados de saúde, etc.)</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• A estratégia básica de mudança</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Mobilizar grupos de cidadãos que tomem parte na formulação e na resolução de problemas sociais, na delegação de capacidades para a resolução de problemas colectivos e no desenvolvimento de uma orientação política democrática relativamente sustentável</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• O meio mais importante para estimular a mudança social</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A articulação e a mediação de interesses colectivos através da formação de grupos e de redes sociais</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• A descrição de grupos alvo</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Grupos de indivíduos que partilham a vida local e as condições de habitação e de trabalho locais, que são marginalizados ou ameaçados na sua participação social e no seu desenvolvimento pessoal</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• O mandato ou as relações perante as estruturas do poder</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Os cidadãos e a defesa dos seus interesses colectivos são, em qualquer caso, o ponto de referência</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Os papéis e a posição do especialista</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O especialista oferece a grupos de cidadãos apoio organizacional, estratégico e educacional</li> </ul>

## Trabalho comunitário: os três tipos e a sua relevância para a cidadania activa

A abordagem metodológica parece ser diferente consoante a iniciativa para este tipo de intervenções sociais é tomada pelas autoridades e a sua administração pública, pelos trabalhadores comunitários ao nível local ou por activistas pertencentes a movimentos sociais. Em cada abordagem, os papéis dos cidadãos são concebidos de um modo particular, conforme evidenciaremos nos três quadros seguintes.

Num contexto de globalização e individualização, de aumento do nível de emancipação e educação da população e de procura de melhor qualidade e aceitação das decisões, as instituições políticas perceberam que a “prática de governo” tem de ser feita através de “governança”. “Governança” significa regras, processos e comportamento que afectam o modo como os poderes são exercidos, em particular em relação a abertura, participação, responsabilidade e coerência. A tomada de decisão e o planeamento de cima para baixo são mudados ou realçados através de abordagens de orientação política participativa. O papel tradicional do cidadão como eleitor é – de um modo complementar – também compreendido como o de um parceiro.

### QUADRO 2

#### O Conceito de orientação política participativa

---

• *Assumpções relacionadas com a sociedade e com os problemas sociais*

A (re)distribuição dos bens públicos e das oportunidades sócio-económicas que tem de capacitar as pessoas a participar, a tomar parte na sociedade e a desenvolver as suas identidades e capacidades, não pode ser completamente regulamentada nem pelos princípios do livre mercado nem pelo controlo da administração pública. Para garantir igualdade de oportunidades e para estimular e melhorar a integração e a coesão sociais na sociedade, as acções colectivas, o público e as provisões têm de ser criados e apoiados. O envolvimento da população no planeamento e no funcionamento destas provisões cria atitudes de apoio público e traduz-se na legitimação de políticas governamentais.

- *Os papéis do cidadão*

O cidadão emancipado e racional é o porta-voz de interesses tanto individuais como colectivos. Ele é não somente um eleitor que tem influência indirecta através dos seus representantes, é também um parceiro que influencia directamente o desenvolvimento de planos políticos.

- *A orientação do objectivo*

De forma a estabelecer condições para a integração social e/ou prevenir e combater a exclusão social, o governo tem de assumir uma responsabilidade colectiva para ajustar os mecanismos com vista à garantia de condições sociais e de acesso aos bens públicos e fomentar o desenvolvimento de relações sociais e de solidariedade. Nesse sentido, as organizações governamentais e/ou a administração pública devem – através de uma política integrada em rede e da participação do cidadão – desenhar planos políticos dinâmicos e investimentos do dinheiro público, como, por exemplo, os rendimentos resultantes de tributação.

- *A estratégia básica de mudança*

A preparação de dossiês: os factos e análises acerca das alterações que ocorrem na sociedade e problemas sociais, não menosprezando desenhos alternativos e argumentos objectivo-rationais e comentários sobre as alternativas escolhidas, devendo ser estimulado um envolvimento democrático intensivo e em grande escala.

- *O meio mais importante para estimular a mudança social*

A recolha de dados e de factos, a análise de dados demográficos, a investigação, a análise de custo-benefício e o debate público em grupos de trabalho e campanhas de informação.

- *A descrição dos grupos alvos*

Os territórios – as unidades geográficas com uma certa vida comunitária – são enfatizados. Normalmente, os esforços concentram-se em grupos de risco ou em determinados aspectos das condições de vida, de habitação e de trabalho, embora a interdependência destes aspectos seja ou tenha de ser levada em conta.

- *O mandato ou as relações perante as estruturas do poder*

As autoridades públicas, por exemplo, o município, tomam a iniciativa e são também os agentes que favorecem o processo de planeamento das políticas. A participação da população interessada é crucial, mas, não obstante, o corpo político responsável, por exemplo, o conselho comunitário eleito, toma as decisões necessárias e, na essência, as decisões políticas – desde o início do processo até ao seu final.

- *Os papéis e a posição do especialista*

Os especialistas têm o seu papel na recolha de dados, como entrevistadores, investigadores, analistas dos dados obtidos, como desenhadores de soluções alternativas e como moderadores em discussões públicas e em reuniões em rede sobre as opções a serem tomadas.

---

Quando, numa condição pós-moderna, as ligações sociais tradicionais e “os enquadramentos para a integração social” se desmoronam, o princípio de “pensar globalmente e agir localmente” torna-se muito importante. Agir localmente não só oferece recursos para as comunidades, destinados ao “desenvolvimento da localidade”, como também contribui para criar uma “infraestrutura social” que oferece às pessoas “os seus lugares significantes” para se integrarem da forma como quiserem. A tradição comunitária na educação de adultos e no trabalho social toma em consideração tanto as estruturas sociais como a acção dos cidadãos. Cria serviços comunitários e redes locais e tenta afastar-se das grandes narrativas e das verdades universais e oferece a perspectiva de uma ligação significativa e dialéctica entre o privado e o público, tomando em consideração desigualdades locais e diferenças culturais (Usher, Bryant & Johnston, 2001). Concentrando-se na vida comunitária, na voz comunitária e nos assuntos comunitários, deve-se tentar evitar construir uma “localidade como uma comunidade” homogénea, dando espaço à multiplicidade de comunidades às quais as pessoas querem pertencer.

### QRADRO 3

#### O conceito de integração em rede local

---

• *Assumpções relacionadas com a sociedade e com os problemas sociais*

Na condição pós-moderna, as ligações sociais tradicionais e os “enquadramentos” de integração social estão a desmoronar-se. Os indivíduos reflexivos e competentes criam redes sociais temporárias, através das quais são mediadas as condições para a sua vida social e o seu estilo de vida. As pessoas e as famílias que partilham uma posição socio-económica desfavorável são confrontadas com a exclusão social e a falta de participação social e as suas capacidades de criar relações sociais em rede têm menos possibilidades de serem desenvolvidas.

• *Os papéis do cidadão*

Os homens e as mulheres tornam-se os contra-regras das suas próprias trajectórias de vida em mudança. A dimensão social desse facto é conceptualizada como uma parceria nas redes sociais informais e como uma relação de cliente ou consumidor perante os serviços ou formas de provisão de, por exemplo, cuidados de saúde, educação, tempos livres, emprego.

- *A orientação do objectivo*

Mobilizar e apoiar os cidadãos para a construção e para a gestão das organizações de cariz social e de prestação de serviços que estão implantadas localmente, de forma a que sejam estabelecidas redes sociais que contribuam para uma integração e para a coesão sociais ao nível local. Os indivíduos são estimulados a assumir a sua responsabilidade no bem-estar das outras pessoas, uma responsabilidade baseada em deveres, em valores partilhados e/ou em interesses mútuos.

- *A estratégia básica de mudança*

Desenvolver a capacidade colectiva de resolução de problemas através da delegação de poderes em indivíduos e associações informais e formais da população.

- *O meio mais importante para estimular a mudança social*

Organizar e apoiar grupos de pessoas que se encontram em situação desfavorecida ou têm em comum o mesmo tipo de dificuldades, de forma a torná-las capazes e orientá-las para a realização de tarefas, grupos esses que deverão ser apoiados por pessoas e agentes-chave, que podem oferecer recursos para a promoção de oportunidades no desempenho de um papel activo na vida comunitária. Estes grupos são, de vez em quando, convidados a discutir em público de modo a atrair novos parceiros e a melhorar a cooperação e desenvolver a troca de experiências e recursos.

- *A descrição dos grupos alvo*

Diferentes tipos de pessoas com dúvidas e problemas em relação à sua participação na vida social e comunitária e que, até certo ponto, dependem da vida e do espaço vital situados localmente.

- *O mandato ou as relações perante as estruturas do poder*

Embora se pretenda que os grupos sejam autónomos e orientados para a execução de tarefas específicas, a iniciativa para a integração em redes locais é sobretudo dos profissionais (trabalhadores sociais, animadores e trabalhadores comunitários) e os recursos são normalmente disponibilizados pelas autoridades locais e por outros patrocinadores. Todos os parceiros na construção e no apoio de redes locais cooperam, tendo por base um acordo ou um contrato com as autoridades locais ou regionais e com os serviços sociais.

- *Os papéis e a posição do especialista*

Os especialistas são trabalhadores de diferentes áreas, educadores de adultos, fornecedores de serviços e coordenadores das redes.

---

Em conformidade com a tradição mais radical da educação de adultos e do trabalho social e dos movimentos sociais emancipadores, foi criada uma prática de acção social com um discurso típico acerca de classe, desigualdade e reprodução social, no quadro de uma análise macro-estrutural. A abordagem era baseada na luta e no conflito entre as elites no poder e os movimentos sociais (baseados em classes) de pessoas oprimidas. Independentemente do discurso marxista, muitas vezes dogmático, e da excessiva tónica do público sobre o privado, do político sobre o pessoal (Usher, Bryant & Johnston, 2001), temos que admitir que, ainda hoje em dia, os direitos das pessoas são, por vezes, violados ou não reconhecidos ou que alguns grupos vivem num círculo constante de exclusão social. A acção colectiva ou comunitária pode contribuir para converter as vítimas em defensores dos seus direitos, para restaurar a dignidade humana e para reclamar a igualdade de oportunidades para participar na sociedade e na vida social.

#### QUADRO 4

##### O conceito de acção comunitária

---

• *Assumpções relacionadas com a sociedade e os problemas sociais*

Os mecanismos da sociedade excluem os indivíduos e famílias do nível mínimo aceitável de uma vida decente e isto acontece em uma ou mais áreas da vida. Esta exclusão social é entendida como uma violação dos direitos humanos e dos direitos sociais básicos (constitucionais).

• *Os papéis do cidadão*

Cada cidadão tem o direito a viver decentemente. Como um cliente de serviços e como um parceiro no desenvolvimento da sociedade, ele merece respeito e protecção social. Ele é uma pessoa que tem o direito de reclamar e procurar justiça.

• *A orientação do objectivo*

Alterar os mecanismos de distribuição de oportunidades para ter acesso e beneficiar dos bens públicos/colectivos, de forma a que a exclusão social possa ser reduzida ou eliminada. As desigualdades na partilha do poder e da influência e as relações de dependência têm de ser convertidas em igualdade de oportunidades para todos.

- *A estratégia básica de mudança*

Criar organizações de defesa de consumidores que sejam capazes de discutir questões de exclusão social e de violação de direitos humanos e sociais básicos na praça pública, e enfrentar esses agentes que ignoram ou violam esses direitos e procurar defender os interesses das "vítimas".

- *O meio mais importante para estimular a mudança social*

Informar as "vítimas" sobre os seus direitos e deveres, por exemplo, a defesa, levar um caso a tribunal, pressionar os "opressores", formular propostas para alterar a lei ou criar novas leis, no sentido da existência de tratamento justo, da mudança ou redefinição de regras e direitos e de alteração do equilíbrio de poder de uma forma mais aceitável e sustentável.

- *A descrição dos grupos alvo*

Grupos socialmente excluídos ou oprimidos, vítimas de violação de regras ou costumes, clientes vítimas de regulamentos confusos ou incompletos, grupos com menos influência e poder para defender os seus interesses.

- *O mandato ou as relações perante as estruturas do poder*

Vítimas e "outras pessoas" preocupadas com a violação dos direitos, que estão implicadas na construção de parcerias (temporárias ou sustentáveis) para a defesa dos interesses dos cidadãos, através de estratégias de negociação ou de conflito.

- *Os papéis e a posição do especialista*

Um activista, um defensor, um negociador, apoiado por aqueles que sofrem as injustiças e as opressões.

---

## Trabalho comunitário: metodologias e práticas a (re)considerar

É importante realçar que – mesmo se apresentamos diferentes tipos de trabalho comunitário – o campo das práticas é mais complexo e contingente. Em particular, o papel do cidadão é conceptualizado a partir de tónicas diferentes, de acordo com o significado que os próprios participantes atribuem a este conceito. De qualquer modo, se a aprendizagem ao longo da vida e a educação de adultos querem contribuir para a criação e a aprendizagem da cidadania activa, é necessário estabelecer um compromisso sustentável com a realidade social da vida das pessoas nas comunidades e da vida comunitária. Será necessário considerar, do ponto de vista metodológico, a tensão entre, por um lado, relações na comunidade e participação (tal como comprometimento e identificação com uma determinada comunidade) e, por outro, individualização e auto-actualização (e a obrigação de ser “leal a si próprio”) (Baert & Jansen, 1997). O trabalho comunitário contém a potencialidade de sustentar este dilema, não exclusivamente, mas em articulação com outras abordagens e iniciativas, com vista a contribuir para a reconfiguração da cidadania activa, um desafio para o presente e para o futuro.

## Notas

<sup>1</sup> A expressão “trabalho comunitário” é usada como um termo abrangente para práticas diferenciadas, mas próximas, de educação comunitária, escolas comunitárias, trabalho de vizinhança, projectos de desenvolvimento comunitário, organização comunitária, acção comunitária, planeamento de participação comunitária, etc.

<sup>2</sup> Ver, por exemplo, o último capítulo “Comparações e conclusões”, em H. Campfens, 1997.

## Bibliografie

- Baert, H. (1994). "Hertekende functies van de samenlevingsopbouw in Vlaanderen", in *Samenlevingsopbouw-Cahier*. Bruxelles: V.I.B.O.S.O., pp. 24-36.
- Baert, H. (1999). "Samenlevingsopbouw in wisselende gedaanten", in H. Baert; M. De Bie; A. Desmet; L. Hellinickx & L. Verbeke (eds.) *Handboek Samenlevingsopbouw in Vlaanderen*. Bruges: Die Keure, pp. 171-189.
- Baert, H. (2000). "Conceptbreedte en duurzaamheid als agogische kwaliteitscriteria voor opbouwwerk", in H. Beukema; B. Boog & M. Slagter (eds.) *Kwaliteit van Agogisch Handelen*. Groningen: Wolters-Noordhoff, pp. 39-55.
- Baert, H. & Jansen, Th. (1997). "Community education in the perspective of social integration and participation". *LlinE*, Vol. 2, n.º 4, pp. 223-232.
- Baert, H.; De Bie, M.; Desmet, A.; Hellinickx, L. & Verbeke, L. (eds.) (1999). *Handboek Samenlevingsopbouw in Vlaanderen*. Bruges: Die Keure.
- Beck, U. (1994). "The reinvention of politics: towards a theory of reflexive modernization", in U. Beck; A. Giddens & S. Lash *Reflexive Modernization, Tradition and Aesthetics in the Modern Social Order*. Cambridge: Polity Press.
- Broekman, H.; Dozy, M. C.; Duyvendak, J. W. & Van der Pennen, T. (2000). *Opbouwwerk 2000: Beeld en perspectief*. Den Haag: Dr. Gradus Hendriks Stichting.
- Campfens, H. (ed.) (1997). *Community Development Around the World*. Toronto: University of Toronto Press.
- Compton, J. L. & McCulsky, H. J. (1980). "Community education for community development", in E. J. Boone; R. W. Shearon & E. E. White (eds.) *Serving Personal and Community Needs through Adult Education*. San Francisco: Jossey-Bass.
- Delanty, G. (2000). *Citizenship in a Global Age. Society, culture, politics*. Buckingham: Open University Press.

- Duyvendak, J. W. (1997). *Waar blijft de Politiek? Essays over paarse politiek, maatschappelijk middenveld en social cohesie*. Meppel: Boom.
- European Commission (2001). *Making a European Area of Lifelong Learning a Reality*. Bruxelas: COM, 678.
- Giddens, A. (1991). *Modernity and Self-identity. Self and society in the late modern age*. Stanford: Stanford University Press.
- Jansen, Th. & Van der Veen, R. (1992). "Reflexive modernity, self-reflexive biographies, adult education in the light of the risk society". *International Journal of Lifelong Education*, Vol. 11, n.º 4, pp. 275-286.
- Marshall, T. (1950). *Citizenship and Social Class and Other Essays*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Melucci, A. (1996). *Challenging Codes: Collective action in the information age*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Rothman, J. (1970). "Three models of community organization pratique", in M. Cox; L. Erlich; J. Tothman & E. Tropman (eds.) *Strategies of Community Organization. A book of readings*. Illinois: F. E. Peacock Publishers.
- Shaw, M. & Martin, I. (2001). "Learning citizenship: Lessons from the history of community development". Paper ESREA Research Conference, Lisboa.
- Usher, R. & Edwards, R. (1994). *Postmodernism and Education*. Londres: Routledge.
- Usher, R.; Bryant, I. & Johnston, R. (2001). *Adult Education and the Postmodern Challenge*. Londres: Routledge.
- Van Houten, H. J. & Von Meijenfheldt, F. D. (1992). *Integraal Participatiemanagement. Een strategische herdefinitie van democratie en burgerschap*. 's-Gravenhage: VUGA.
- Van Rees, W. et al. (1991). *A Survey of Contemporary Community Development in Europe*. Den Haag: Dr. Gradus Hendriks Stichting.